

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RULLYAN LEVI MAGANHATI MENDES

A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DO RISCO EM ULRICH BECK

**CURITIBA
2013**

RULLYAN LEVI MAGANHATI MENDES

A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DO RISCO EM ULRICH BECK

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política no curso de Especialização em Sociologia Política, Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná. Turma 2012.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biscaia de Lacerda.

**CURITIBA
2013**

RESUMO

A modernidade coloca-se como uma experiência marcada pelo rompimento com a tradição, ocorre quando os fundamentos e a legitimidade da experiência tradicional, dos seus valores e das suas normas, perdem a sua natureza indiscutível, instaurando-se sempre que a experiência tradicional atinge o limite. Vivemos hoje um momento de ruptura no interior dessa própria modernidade, sem que isso implique seu fim, mas antes uma reconfiguração da sociedade moderna, que assume novos contornos e se transforma na chamada *sociedade de risco*. O advento dessa nova modernidade opera mudanças radicais no comportamento, na economia e na política, fazendo-se, cada vez mais, acompanhada de uma produção social de riscos. Tendo isso em vista, este trabalho procurou demonstrar as possíveis mudanças dos componentes modernos por meio da análise de Ulrich Beck, considerando essa reflexão como um modo de entender os fundamentos, os efeitos e as consequências das novas formas e premissas do mundo moderno, como também, de forma sistemática, apresentam-se os apontamentos do autor no que tange à política dentro deste quadro. Finalmente, procurou-se determinar como os fenômenos produzidos pela ordem de risco conduziram a uma mudança sistêmica social e política.

Palavras-chave: Modernidade; pós-modernidade; sociedade de risco; política.

ABSTRACT

Modernity arises as an experience marked by disruption to the tradition and occurs whenever the foundations and legitimacy of traditional experience, its values and its rules, cease to be indisputable, establishing itself whenever the traditional experience reaches the limit. But thus we live a moment of rupture within that modernity itself does not imply an end, but rather a reconfiguration of modern society, which assumes new dimensions and turns the call risk society. The advent of this new modernity operates radical changes in behavior, economics and politics and making increasingly accompanied by the social production of risks. Keeping this in view, the study sought to demonstrate the possible changes of modern components through analysis of Ulrich Beck, considering this reflection as a way of understanding the fundamentals, the effects and consequences of new forms and assumptions of the modern world, as well as presented in a systematic way the notes of the author regarding policy within this framework. Finally, we sought to determine how the phenomena produced by the order of risk led to systemic change and social policy.

Keywords: Modernity; post-modernity; risk society; policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 PÓS-MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO.....	9
3 POLÍTICA E SOCIEDADE DE RISCO.....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O tema modernidade, o seu desenvolvimento e suas formas institucionais presentes colocam-se como conexões complexas e problemáticas: não em uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional, pois a dúvida – característica da razão crítica moderna – permeia a vida cotidiana e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo. De acordo com Giddens (2002), as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global.

Na modernidade tardia e globalizada, há uma enigmática diversidade de opções e possibilidades que se encontram em parâmetros de risco, pouco conhecidos, ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Um mundo “de muitas maneiras único, com um quadro de experiência unitário [...], mas ao mesmo tempo um mundo que cria novas formas de fragmentação e dispersão” (GIDDENS, 2002, p. 12). Desta forma, pode-se observar a possibilidade de que a modernidade chegou ao seu “fim”, onde se evidencia cada vez mais uma *pós-modernidade*, ordem singular e diferenciada da anterior, que reavalia e leva às últimas consequências o projeto clássico da modernidade para um novo paradigma de fenômenos e práticas sociais. Neste sentido, entraram em crise os principais paradigmas explicativos da evolução social, os esquemas lineares, as visões englobantes de um materialismo histórico e a “generosidade” de um idealismo. Dos escombros destes edifícios que parecem ter desabado, nascem novas formas de relações sociais pautadas por outros valores e representações. A modernidade contemporânea é acompanhada sistematicamente por mudanças em seus componentes e por uma produção social de *riscos*.

Dentro deste quadro, Ulrich Beck identifica a atual fase da vida moderna a partir de uma ruptura no interior da modernidade, da qual se destacava os contornos de uma sociedade industrial clássica e que agora assume uma nova forma – denominada de *sociedade (industrial) de risco*. Esta ruptura implica em uma reconfiguração da sociedade moderna, que assume novos contornos e opera mudanças radicais no comportamento, na economia e na política. A partir de uma comparação histórica,

sociológica e política, anuncia-se o fim da sociedade clássica, com suas ideias e seus discursos, seus padrões e suas regras. Há uma espécie de descolamento de uma modernização simples e reflexiva para um cenário onde surgem outras configurações sociais e políticas. Pode-se dizer que no modelo desta *sociedade de risco*, as “classes”, a “família nuclear”, o “trabalho assalariado”, o “progresso”, a “democracia” e a “política” têm seus fundamentos fragilizados e suspensos pela reflexividade das complexas modernizações. Sendo assim, assumem um significado novo e decisivo nos debates sociais e políticos dentro de uma lógica de produção e distribuição de riscos.

Tendo isso em vista, a temática preconizada pela nova *ordem de risco* pode ser desdobrada a partir de dois lados. O primeiro são os efeitos e riscos da modernização de tendência globalizante, vivenciando-se uma espécie de transformação dos fundamentos da transformação. O outro lado denota o potencial político da *sociedade de risco* onde a imagem estrutural da sociedade industrial “se apoia em uma contradição entre o conteúdo universal da modernidade e a malha funcional de suas instituições” (BECK, 2010, p. 18). Ou seja, a *sociedade de risco* se instabiliza em sua própria concretização e se encontra em um espaço de transições. Para o autor, há uma redução e estagnação dos princípios da política e, por consequência, uma dissolução de suas fronteiras indicando um processo de sistêmica mudança. Como observa Beck (2010, p. 277-278),

Ondas de transformações já em curso, previstas ou que se anunciam, perpassam e sacodem a sociedade. Elas provavelmente ofuscam todas as tentativas de reforma das últimas décadas em termos de profundidade e alcance. [...] o político se limita ao que é politicamente rotulado, a atividades do *sistema político* [...]. Coerentemente, os conceitos da política e da apolítica tornam-se nebulosos.

Neste sentido, o potencial de configuração da sociedade migra do sistema político para o chamado subsistema político da modernização, onde há uma inversão precária entre política e não política, ou seja, paradoxalmente “o político torna-se apolítico e o apolítico, político” (BECK, 2010, p. 279). Na verdade, há uma transformação da configuração política que potencializa uma relativa perda de função do sistema político.

O princípio norteador deste trabalho coloca a relação entre dois elementos básicos que, numa perspectiva histórico-sistemática, podem fornecer parâmetros para

uma investigação mais precisa: i) a contextualização da modernidade tardia e da política na concepção de diversos teóricos; e ii) o *corpus teórico* de Beck em que se inscreve o trabalho. A relação entre estes dois elementos permite delimitá-los e enriquecê-los mutuamente. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir dentro de uma análise teórica as características e processos advindos da *sociedade de risco* procurando identificar e delinear as principais propostas elaboradas para conformar a categoria, situando o contexto, o autor e texto. Desta forma, seria possível sistematizar os rumos da política na *ordem de risco* em formulações, ainda que com muitas ausências, localizando de maneira esquemática, argumentos e questões centrais que proporcionam o desenvolvimento de um debate em forma abrangente.

O primeiro capítulo discute os conceitos e os principais fundamentos que derivam da objetivação das características da *pós-modernidade* levando a um entendimento do pensamento de Ulrich Beck no que tange à condição da *sociedade de risco*. Evidencia também a natureza dessa sociedade ressaltando seus principais aspectos e características num esforço para a conceituação desta condição na vida moderna.

O segundo capítulo se integra com destaque no trabalho, pois tem como foco central asseverar a condição da esfera política dentro da *sociedade de risco*. Neste sentido, a intenção é também registrar a importância do pensamento sociopolítico de Ulrich Beck e suas reflexões acerca desta perspectiva.

Por fim, nas considerações finais, procura-se discutir em que medida os fenômenos produzidos pelos contornos dessa nova condição conduziram a uma mudança sistêmica da política a partir de uma relação entre mudança social e controle político.

2 PÓS-MODERNIDADE E SOCIEDADE DE RISCO

A modernidade, dentro de suas características e princípios peculiares ao inaugurar a nova ordem, construiu distintos estilos cognitivos, orientando, assim, o relacionamento entre os indivíduos, entre a sociedade civil e o Estado, e deste com os demais agentes. De um modo geral, as diversas análises sobre o tema concordam quanto ao caráter transitório desse modo de vida que foi institucionalizado com a consolidação da sociedade capitalista¹ a partir do século XVIII. A modernidade costuma ser entendida como um ideário ou visão de mundo relacionada ao projeto de mundo moderno, empreendido em diversos momentos ao longo da Idade Moderna e consolidado com a Revolução Industrial. Está normalmente relacionada com o desenvolvimento do capitalismo.

Em seu sentido original e mais genérico, “moderno” significa algo contemporâneo, atual, “de hoje” e, segundo Scott (2006), a palavra também é usada para contrastar a fase moderna de um país – sua sociedade atual – com períodos anteriores de sua história, associando-se às instituições sociais específicas dessa sociedade pós-medieval, pois a ênfase das instituições modernas caracteriza-se em considerações racionais, declinando da tradição e do tradicionalismo das sociedades anteriores. Nessas condições de transformações universalizantes, a modernidade pode ser entendida como um resultado de forças ambivalentes, resultantes dos amplos processos de modernização que estão se desenvolvendo desde o século XVIII, como a industrialização, a urbanização, os níveis crescentes de alfabetização, educação, riqueza e mobilidade social, além de estruturas mais complexas e diversificadas.

Com efeito, o esforço ordenador e transformador característico da modernidade realizou uma produção cada vez maior de ambivalências, pois a racionalidade moderna encontraria aí sua expressão. Essas transformações e produções constituem-se, então, em uma constelação de circunstâncias específicas de um determinado momento histórico que imprimiram a desintegração, o solapamento de

¹ A sociedade capitalista é caracterizada no seu princípio mais importante, qual seja, o lucro, e, a Revolução Industrial consolidou a sociedade burguesa liberal capitalista, que tinha como fundamentos, grosso modo, a igualdade entre os homens e a livre iniciativa de mercado. A sociedade capitalista foi gestada em meio à dissolução da ordem feudal.

costumes e instituições até então existentes e a introdução de novas formas de organizar a vida social.

Todavia, tem-se observado ininterruptas modificações na lógica da modernidade, fazendo surgir uma nova e inerente reflexividade da vida contemporânea. Tais mudanças são admitidas como consequências de uma espécie de radicalização da modernidade² face aos efeitos de sentido construídos em implicações de descontinuidades, rupturas com forma de percepção e estilos cognitivos que moldam a nova ordem social. Os críticos enfatizam a diversidade das sociedades modernas e, de acordo com eles, o pensamento sociológico clássico, por ter como objeto a própria ação social moderna, não conseguiu pensar o grau de dinamismo que alcançaria a modernidade.

Neste sentido, os debates e análises que derivam da objetivação sobre as características desta espécie de passagem – de uma *modernidade* para uma *pós-modernidade* – foram centrais para a teoria social dos anos oitenta, os quais possibilitaram um panorama geral de discussões teóricas sobre a sociedade, suas instituições e sobre as formas de pensamento. Metáforas e visões de degeneração social permearam uma boa parte dos discursos sobre a vida social contemporânea e, segundo Adelman (2009), numa fase, por exemplo, de aparente pouca contestação política, talvez o momento exigisse que se fizesse um “balanço novo”, objetivando que o conceito de *modernidade* tomasse um lugar central e, com este, o de *pós-modernidade*, com toda a ambiguidade embutida no ser compreendido como herdeiro ou rival daquela.

Para tanto, Nogueira (2007) aponta que nas últimas décadas passou-se a reconhecer que os componentes típicos do projeto moderno, assim como os processos que lhe são constitutivos – o universalismo abstrato, o individualismo, o racionalismo, a produtividade, a competitividade, com seu arcabouço de impactos e implicações no plano da vida, das estruturas sociais, das formas da subjetividade –, não apenas permaneceram ativos como também se aprofundaram e se ampliaram, adquirindo características muitas vezes surpreendentes. O projeto moderno como tal não se esgotou, mas foi reorganizado. Em vez de ter se diluído, incrementou sua natureza reflexiva, passou a medir forças consigo mesmo e mergulhou em um processo de “autodestruição criativa” no qual a mudança se impõe meio fora de

² A tese da radicalização da modernidade é defendida por Anthony Giddens para quem a “pós-modernidade” não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado.

controle, ora em silêncio, ora subvertendo o que estava instituído e questionando a si própria o tempo todo. Não se trata evidentemente da mesma modernidade de sempre, até mesmo porque isso negaria os termos do próprio projeto moderno, que foi concebido e evoluiu em constante diálogo consigo mesmo, como uma permanente busca de autocrítica e superação. Se antes “tínhamos uma modernidade limitada, agora é chegado o tempo da modernidade consumada, cortada pelo signo do excesso. O panorama atual estaria determinado pela *hipermodernidade*” (LIPOVETSKY, 2004 *apud* NOGUEIRA, 2007, p.47).

Segundo Bauman (2001), há uma primeira modernidade – simples, localizada, controlada – que cedeu espaço para uma segunda modernidade, que se revê a si própria e se autodestrói o tempo todo para, com isso, seguir adiante e se recriar. Alterações profundas e moleculares na sociedade industrial desorganizaram suas premissas e abriram as portas para a afirmação de uma modernidade reflexiva, que se reflete em si mesma e se aprofunda, alterando parte essencial de seus fundamentos (BAUMAN, 2001, p. 36). Para este autor, “a modernidade se estabelece inicialmente como uma época de hierarquias, de padrões normativos, e de sonhos de pureza e de controle ‘totalizante’ sobre a natureza e sobre a natureza humana” (ADELMAN, 2009, p. 195). Nasce uma nova preocupação com a estrutura e a ordem que, desta vez, são vistas como humanamente criadas, garantidas e vigiadas. O processo de individualização é central na modernidade, assim como o processo de racionalização das relações sociais. Contudo, a *pós-modernidade* tende a avançar uma tendência da modernidade, qual seja, o “desencaixe”³ dos indivíduos dos contextos tradicionais, não fornecendo bases institucionais para a reconstrução dos laços humanos, ao contrário, abrindo um espaço cada vez maior para a livre ação do mercado, perante a falta de referências, de recursos coletivos e em torno da condição e crise que, nos tempos atuais, supostamente toma conta das relações sociais, da cultura, da economia e da política. De acordo com Bauman, há uma especificidade pós-moderna que gera uma nova lógica. Como aponta Coutinho (2001, p. 138),

Não se trata, de modo algum, de uma tentativa de compreender a “essência” de uma ou outra condição (a moderna e a pós-moderna), descrevendo-as a partir de uma sequência cronológica de fatos, fases ou mudanças de caráter social, histórico, econômico ou cultural. Trata-se, ao invés disso, de enfatizar determinadas transformações nas

³ Termo cunhado por Giddens para caracterizar a gênese das instituições sociais modernas.

formas de conduzirmos nossas vidas para colocar em questão algumas contingências dos espaços e tempos que nós habitamos – e que nos habitam – fazendo do nosso mundo o que hoje é e de nós mesmos o que hoje somos.

É a partir deste viés que Ulrich Beck identifica um momento de ruptura no interior da própria modernidade – ruptura semelhante àquela que a modernização acarretou para as práticas feudais. Esta ruptura não implica o fim, mas antes uma reconfiguração da sociedade moderna, que assume novos contornos e se transforma na chamada *sociedade de risco*. Neste espaço de transições, emerge uma nova modernidade que ressignifica os fundamentos da transformação; dito de outro modo, no modelo da *sociedade de risco* as “classes”, a “família nuclear”, “ciência”, “política” e “democracia”, configurados como elementos constitutivos de uma tradicionalidade industrial, têm seus fundamentos fragilizados e suspensos pela reflexividade das modernizações. Neste sentido, não emergem “resíduos tradicionais” de uma mesma modernidade, mas, sim, produtos de uma nova ordem, particularmente em seu estágio de desenvolvimento mais avançado. Desta forma,

Assim como no século XIX a modernização⁴ dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental e, ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma outra configuração social (BECK, 2010, pp. 12-13).

Para Beck (2010), vivemos hoje em um espaço de transições, não totalmente fundamentado no risco, mas também não nos encontramos mais abalroados em uma sociedade industrial advinda do século XIX. Segundo o autor, seguimos rumo à outra modernidade: tardia, globalizada, radicalizada, reflexiva, que nos conecta numa mesma experiência mundial e, com isso, distribui e socializa todos os ônus e oportunidades. Nesta nova modernidade emerge uma outra sociedade, onde os sistemas concebidos para proteger e racionalizar convertem-se em forças destrutivas, pois “trata-se de uma civilização que ameaça a si mesma, na qual a incessante produção de riqueza é acompanhada por uma igualmente incessante produção de riscos⁵” (BECK, 2010, p. 318).

⁴ Beck, por razões de simplificação da linguagem, utiliza preponderantemente a palavra “modernização” como um conceito generalizante.

⁵ Segundo Beck, os riscos são de ordem global (reais e simbólicos) e solapam todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade. Consequentemente, aos problemas e conflitos

Esta modernidade desenvolvida – que surgiu para anular as limitações impostas pela “primeira modernidade” – dispõe-se os indivíduos em posições na estrutura social em razão de suas próprias escolhas e esforços. Sobretudo pela suscetibilidade objetiva na qual o diagnóstico do perigo coincide com a sensação de desamparo (diante do perigo) transformando o individualismo moderno, já levado por sua vez ao limite, ao seu extremo. Neste sentido, há uma espécie de reverso na sociedade industrializada que abala as regras da vida cotidiana. Os mercados colapsam, os sistemas jurídicos não dão conta das situações de fato, edifícios de racionalidade científica e governos ruem, eleitores indecisos fogem: é o fim da sociedade industrial clássica, “com suas ideias de soberania do Estado Nacional, automatismo do progresso, classes, princípio do desempenho, natureza, realidade, conhecimento científico etc.” (BECK, 2010, p. 10). Dentro deste quadro, os indivíduos ainda vivem sob uma dependência das formas de vida civilizatória, uma dependência em meio à ameaça que solapou todos os conceitos de emancipação e vida própria, de nacionalidade, de espaço e tempo.

Beck (2010) aponta que no século XIX a modernização se consumou em um mundo tradicional e uma natureza que cabia conhecer e controlar. Hoje, no século XXI, a modernização “consumiu e perdeu seu contrário, encontrando-se afinal a si mesma em meio a premissas e princípios autorreferenciais” (BECK, 2010, p. 13). Assim, pode-se dizer que a modernização em sua “forma original” é suplantada pelas situações problemáticas impostas por uma modernização autorreferencial que faz com que sociedade clássica passe pelo mesmo processo. Passa-se para uma diferenciação entre modernização da tradição e modernização da *sociedade de risco*, ou seja, entre uma modernização simples e uma reflexiva. Sendo assim,

A modernização nos trilhos da sociedade industrial é substituída por uma modernização das *premissas* da sociedade industrial, que não estava prevista em qualquer dos manuais teóricos ou livros de receitas políticas do século XIX. É essa iminente *oposição* entre modernidade e sociedade industrial (em todas as suas variantes) que atualmente nos confunde em nosso sistema de coordenadas, a nós que estávamos até a medula acostumados a conceber a modernidade nas categorias da sociedade industrial (BECK, 2010, p. 13).

distributivos da sociedade sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos.

O cenário antimodernista que atualmente inquieta o mundo não contradiz a modernidade, mas representa a expressão de seu desenvolvimento ulterior. O conteúdo geral da modernidade se reduz no projeto da *sociedade de risco*, pois as forças produtivas perderam sua força e inocência. Para Beck (2010), os processos, por exemplo, sociais e políticos, são cada vez mais ofuscados por essa sociedade de produção de riscos. E estes riscos se deixam legitimar como efeitos colaterais latentes, assumindo um significado novo e decisivo nos debates sociais e políticos. Como sugere Beck (2010), esta dinâmica coloca no centro da questão os riscos e efeitos da modernização que já não podem ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos, pois possuem uma tendência globalizante e, nesse sentido, surge um novo tipo de dinâmica social e política. Começam a convergir na continuidade dos processos de modernização as situações e os conflitos sociais de uma sociedade que “distribui riqueza” com os de uma sociedade “que distribui riscos”. E, “na medida em que essa transição se consuma, chega-se, então, com efeito, a uma transformação social que se distancia das categorias e trajetórias habituais de pensamento e ação” (BECK, 2010, p.25). A arquitetura social e a dinâmica política dessa nova sociedade podem ser entendidas sob os seguintes aspectos: i) os riscos e a maneira como são produzidos desencadeiam danos sistematicamente definidos e abertos, em certa medida, a processos sociais de definição. É dizer que, dessa forma, instrumentos e posições da definição dos riscos tornam-se posições-chave em termos sociopolíticos; ii) com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça. Os riscos da modernização produzem uma desigualdade de posições de estrato e de classes sociais dentro de uma lógica distributiva distinta; iii) a lógica capitalista de desenvolvimento encontra-se em um novo estágio, pois a economia torna-se “autorreferencial”, independente da satisfação das necessidades humanas, fazendo com que a sociedade industrial produza as situações de ameaça e o potencial político de uma sociedade de risco; iv) o conhecimento adquire uma nova relevância, pois o potencial sociopolítico da sociedade de risco precisa ser analisado dentro de uma sociologia e teoria do conhecimento sobre esses riscos. Assim, o processo que conduz a uma modernização reflexiva da sociedade industrial, evidencia a ideia central de que vivemos hoje na chamada *sociedade de risco*, precedente de duas perspectivas que dinamizam as relações sociopolíticas dessa nova sociedade: de um lado, a individualização; de outro, a lógica da distribuição de risco.

Segundo Beck (2010), o sistema de individualização é um produto da reflexividade, em meio ao qual o processo de modernização assegurado pelo Estado de Bem- Estar Social⁶ destradicionaliza as formas de vida instaladas na sociedade industrial. Pode-se dizer que, assim como na entrada do século XIX as formas de vida e de trabalho da sociedade agrária feudal foram dissolvidas, o mesmo acontece hoje com a sociedade industrial desenvolvida⁷. Sobretudo quando se infere que a sociedade industrial, em seu esquematismo de trabalho e vida, seria uma sociedade moderna, pois

A generalização da sociedade do mercado de trabalho assegurada por políticas de bem-estar dissolve tanto as bases sociais da sociedade de classes como a família nuclear. O choque que isso provoca nas pessoas é duplo: elas se libertam das formas de vida e das evidências aparentemente ditadas pela natureza da sociedade industrial (BECK, 2010, p. 231-232).

É nessa medida que se caracterizaria a exigência do controle pelos indivíduos. Pode-se afirmar, desse modo, que na sociedade clássica, os indivíduos eram fortemente ligados entre si por uma identidade coletiva estável e rígida dada pelo reflexo da ordem estabelecida. A *modernidade* seria caracterizada, principalmente, através da ideia do projeto moderno, do controle do mundo pela razão. Este projeto consistia em tornar o mundo o melhor possível através do ordenamento racional e técnico. A modernidade foi, portanto, um período de controle e dominação, mas, nem por isso, mesmo que de maneira ambígua, não deixou de unir o mundo e tornou, em determinada medida, o mundo mais globalizado. As maiores ameaças para a existência humana eram muito mais óbvias, os perigos eram reais, palpáveis. Com efeito, os riscos de hoje são de outra ordem, não se pode sentir ou tocar muitos deles, apesar da exposição, em algum grau, às suas consequências.

⁶ Para Beck, os Estados de Bem-Estar, principalmente os mais desenvolvidos, conferem-se como representantes diretos dos "paradigmas" de desigualdade social relacionados sistematicamente a fases específicas do processo de modernização. Assim, "em tais circunstâncias, na sociedade da escassez, o processo de modernização encontra-se e consome-se sob a pretensão de abrir com as chaves do desenvolvimento científico-tecnológico os portões que levam às recônditas fontes da riqueza social" (BECK, 2010, p. 24). Ainda, essas promessas de libertação da pobreza e da sujeição imerecidas estão na base da ação, do pensamento e da investigação com as categorias da desigualdade social, abarcando, na verdade, desde a sociedade de classes, passando pela sociedade estratificada, até a sociedade individualizada.

⁷ Classes e camadas sociais, família nuclear e "biografias normais" masculinas e femininas, regulações do trabalho assalariado, entre outros.

Com o fim da crença no projeto moderno, emerge uma nova modernidade. Se o período da sociedade clássica foi uma tentativa de controle racional do mundo, a *sociedade de risco* é o mundo em descontrole, pois sem a necessidade de “homogeneidade nacional”, o indivíduo torna-se a lei universal, isto é, todos devem ser distintos através de seus próprios recursos e individualmente.

A reflexividade do processo de modernização também pode ser inferida com base nas condições de produção de riqueza e de risco, pois, segundo Beck (2010), somente quando o processo de modernização destradicionaliza seus fundamentos socioindustriais é que a sociedade industrial subordina a distribuição de riscos à lógica da distribuição da riqueza (p. 232). Os riscos da modernização, tendo-se globalizado, não podem mais ser abordados conforme o modelo da sociedade industrial, assentado numa conformidade com as estruturas de desigualdade social; ao contrário, eles desencadeiam uma dinâmica conflitiva, que se descola do esquema socioindustrial de produção e reprodução, classes e subsistemas. Conforme afirma Beck (p. 232),

A diferença entre sociedade industrial e sociedade de risco não coincide, portanto, com a diferença entre a “lógica” da produção e distribuição de riqueza e a “lógica” da produção e distribuição de riscos, resultando antes do fato de que a *relação de prioridade se inverte*. O conceito de sociedade industrial pressupõe o *predomínio* da “lógica da riqueza” e sustenta a *compatibilidade* da distribuição de riscos, enquanto o conceito de sociedade de risco sustenta a *incompatibilidade* da distribuição de riqueza e de riscos e a *concorrência* entre suas “lógicas”.

Em contraste com todas as épocas anteriores, a *sociedade de risco* é marcada fundamentalmente por diferenças sociais, políticas, culturais. Atualmente a sociedade se vê, ao lidar com riscos, confrontada consigo mesma. Os riscos são um produto histórico, expressão de forças produtivas altamente desenvolvidas. Nessa medida, a *sociedade de risco* imputa nas condições sociais, bem como nas políticas, determinadas diferenciações que se tornam problema e tema. Isto significa também que a modernidade acabou assumindo o papel de sua antagonista – da tradição a ser superada. Ligada a isto está uma consequência fundamental, que representa o ponto central: os riscos convertem-se no motor da modernidade dessa sociedade e, com eles, alteram-se conceitos, lugares e meios.

Portanto, as mudanças de curso seminais e intimamente interconectadas – advindas da presente fase –, criam um ambiente novo para as atividades individuais, estimulando uma vida fragmentada em orientações “laterais” e não mais “verticais”, pois há diferentes respostas a conjuntos de oportunidades e diferentes distribuições de vantagens, o que exige conjuntos diferentes de habilidades e de ativos. Assim, podem-se identificar com clareza que as inseguranças e incertezas, advindas da *sociedade de risco*, são as principais responsáveis pelas transformações frente a situações sociopolíticas, apresentando-se como espécies de “identidades”. E esses movimentos não são mais uma escolha, tornaram-se elementos indispensáveis na vida contemporânea.

3 POLÍTICA E SOCIEDADE DE RISCO

Utiliza-se geralmente o termo *política* para designar a esfera das ações que faz alguma referência, direta ou indireta, à conquista e ao exercício do poder último em uma comunidade de indivíduos sobre um território. Nesses termos, a tentativa predominante de definir a política parte de uma consideração objetiva mediante o fim ou os fins que ela persegue, “[...] pelo menos um fim mínimo: a ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações de um Estado com os outros Estados” (BOBBIO, 2000, p.167). Assim, esse fim mínimo é condição necessária para a realização de todos os outros fins e os fins são tantos quantas forem as metas a que se propõe um grupo organizado. Neste sentido, a esfera política implica um alto grau de complexidade, tanto que houve uma notória transformação da sua própria noção, desde a Antiguidade até nossos dias.

Pode-se dizer que a política se ocupa de todos os processos de formulação e tomada de decisões que afetam a coletividade, transposta em uma condução da própria existência coletiva com reflexos imediatos sobre a existência individual. Seja através do ideal de autogoverno ou de uma instância externa à sociedade e, portanto, coercitiva (o Estado), a política torna-se uma dimensão necessária e constitutiva da existência humana; assim, onde houver uma sociedade, haverá política, sugerindo a proposição de que a vida sem política é uma utopia sem sustentação material.

Não obstante, para que se depreenda sua possível reconfiguração e seu papel na chamada *sociedade de risco*, é preciso compreender, ainda que em linhas gerais, como a política se estrutura nas modernas sociedades complexas, pois as tradicionais definições teleológicas da política em sua grande maioria são definições prescritivas que não inferem a sua pragmaticidade, apenas indicam como ela deveria ser⁸. Portanto, no processo objetivo moderno, a política se coloca como uma esfera autônoma, ou seja, dotada de soberania e poder e como uma espécie de linha orientadora para as demais esferas sociais, numa tentativa contínua de delimitação daquilo que é político em relação aquilo que não é político, “[...] por uma contínua

⁸ Nicolau Maquiavel é considerado um dos maiores pensadores clássicos da Ciência Política. Sua principal obra de teoria política, *O Príncipe*, descortina uma política que tem uma ética e lógica próprias, inaugurando o pensamento político moderno e crítico. A ideia da “política concreta”, isto é, como “ela é” – *verità effettuale* – é guiada pela busca da “verdade efetiva” das coisas, ou seja, ver e examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que fosse. Uma política dissociada da ética e da moral.

reflexão sobre aquilo que diferencia a esfera da política da esfera da não política [...]” (BOBBIO, 2000, p.172).

Com efeito, a teoria da superioridade da política⁹ preconiza a distinção do sistema político em relação aos demais sistemas normativos, mas não totalmente independentes um do outro, mas, sim, colocados um sobre o outro em ordem hierárquica. É a própria política inserida em um campo autônomo que fornece meios e instrumentos para auxiliar e organizar a sociedade, para que essa exista fundamentada em uma ordem política e racional, onde a direção da ação política, também chamada de “razão de Estado”, é legitimada pelo seu fim único, qual seja, o bem comum ou o interesse geral. Uma sociedade global, complexa e numerosa definida por um poder político independente (ou quase) de outros poderes, reconhece a política como uma teia instituída por laços inflexíveis, onde o instinto social leva ao que se conhece por Estado – político e racional –, já que

No mundo moderno, o Estado é a mais formidável das organizações; a contextura das vidas humanas se insere solidamente no quadro das suas instituições; porque não existe esfera alguma de atividade, ao menos em teoria, que não dependa de sua autoridade. [...] Põe sob seu domínio todas as formas de atividade, cujo controle ele julgue conveniente (AZAMBUJA, 2008, p. 51).

Sendo assim, apesar da reviravolta aparentemente total de seu sentido e objetivo, a política não pode ser colocada como uma inépcia lógica, ou seja, contraditória e fantasiosa, solapando sua prática sobre a realidade, pois as sociedades contemporâneas caracterizam-se não apenas pela diferenciação social, mas também por identidades e visões de mundo específicas sobre questões como, por exemplo, desenvolvimento e bem-estar. Isto porque, grosso modo, a natureza complexa das sociedades contemporâneas implicam conflitos não só de objetivos (fins), mas também dos modos de atingir esses fins (meios).

A chave para uma compreensão das ações políticas nas modernas sociedades, afirma Minogue (1998), é aferida por um complexo paradoxo de distinção entre a vida privada e o mundo público, pois a vida privada seria impossível sem o mundo público do Estado que sustenta uma estrutura legal apropriada, portanto, a política só sobrevive se essa estrutura da lei pública reconhece seus próprios limites. A fronteira

⁹ Ver BOBBIO, op. cit., p. 190.

efetiva entre o público e o privado, porém, está em constante mudança. A política diante desse processo contínuo de mudanças tende, no limite, a ser meramente uma indústria que permite (ou não) dar seguimento ao jogo da vida. As sociedades modernas em diferentes tipos de associação, ou seja, distintos Estados com distintas instituições e estruturas, fomentam e destilam as causas do que acontece na política, causas essas encontradas na economia, nos processos sociais, na cultura, como também no próprio processo de globalização atual, configurando, então, a política como um conjunto de efeitos que, pode-se arriscar dizer, perde sua autonomia e autodeterminação. Nesse novo sentido da política, não há limites, e esses se fazem necessários para que a “complexa civilização” funcione.

Para Nogueira (2004), vivemos uma época de mudanças ininterruptas. Impulsionada pelos processos da globalização capitalista, a vida se acelerou. Seu ritmo é proporcional à velocidade das inovações tecnológicas, à quantidade de informações, de deslocamentos e de contatos, à “obrigação” que todos têm de viver no mundo, ligados em tudo. É sempre mais difícil estabelecer para onde se deve ou se deseja ir. A decisão – a política – escapa de nossas mãos. Os governos governam pouco, às vezes nem governam. Não é difícil imaginar os efeitos que isso causa na convivência social, na vida política e na governabilidade das sociedades. Tudo está “condicionado pela multiplicação e fragmentação dos interesses, pela ampliação frenética das demandas, por graves dificuldades de coordenação e direção, pela incerteza e pela insegurança, pelo enfraquecimento das lealdades e o empobrecimento da convivência” (NOGUEIRA, 2004, p 132). A sensação é de que se passou a viver em um contexto despedaçado, sem polos de coordenação eficientes e sem sujeitos coletivos capazes de fundar novas formas de convivência e de comunidade política.

Há uma espécie de “sofrimento organizacional”, prossegue Nogueira (2004). As organizações evoluem meio fora de controle, ou meio artificialmente, como sistemas impotentes para produzir consensos interpretativos, solidariedade e formas superiores de coordenação. Os núcleos dirigentes estão formalmente presentes, mas operam de modo pouco efetivo, não se legitimam com facilidade e produzem escassos efeitos organizacionais. Os ambientes parecem imersos numa espécie de “caos estabilizado”. Tudo isso transfere para a esfera da gestão uma ampla gama de expectativas e de desafios.

A partir desse cenário, Bauman (2001) sugere o desaparecimento da política como a conhecemos, da Política (com “p” maiúsculo), a atividade encarregada de traduzir problemas privados em questões públicas e vice-versa. É o esforço dessa tradução que hoje está se detendo. Percebe-se uma espécie de “frouxidão” nas questões públicas, as quais notoriamente deveriam preencher previsivelmente as molduras da sociedade – apoiadas em pilares de durabilidade e responsabilidade. Neste sentido, a política hoje se tornou “um cabo de guerra” entre o capital e as capacidades cada vez mais lentas dos poderes locais. Um governo que se dedica ao bem-estar de seus cidadãos, por exemplo, tem suas escolhas limitadas, pois todo o poder regulador à disposição estatal ajusta-se ao jogo político das regras das livres empresas, de modo que esse mesmo poder regulador jamais restringiria a liberdade do capital. Na prática, significa uma mudança no processo de desenvolvimento do capitalismo e, por isso, as estruturas que lhe eram úteis até agora talvez tenham de se transformar. Efetivamente, a soberania estatal ou, em outras palavras, a política de governos, sofreu um profundo desgaste identificado pelas lógicas e instrumentos desses novos fundamentos, desses novos cenários produzidos pela estruturação da economia mundial. Trata-se de um estado de turbulência e inquietação no qual qualquer decisão custa muito e produz poucos efeitos. Tudo isso cria inúmeros desafios para a direção e a administração cotidianas.

Nesta perspectiva, por serem complexas e viverem em um ambiente igualmente complexo, por um lado, as organizações inseridas na *sociedade de risco* preconizam a demanda e as formas da democracia parlamentar que são concretizadas. Por outro, o âmbito de validade desses princípios são reduzidos, pois o processo de renovação da política encontra-se subordinado a outras esferas – da economia, da tecnologia – decorrendo a supressão de garantias democráticas tidas como evidentes. Dito de outro modo: há uma redução e estagnação dos princípios da política e uma dissolução de suas fronteiras, indicando um processo de mudança sistêmica. Como aponta Beck (2010, p. 17-18),

Na continuidade dos processos de modernização, isso se torna problemático quando – em vista de forças produtivas potencializadas e arriscadas – a subpolítica tiver subtraído à política o papel dominante na configuração social. [...] A imagem estrutural da sociedade industrial se apoia em uma contradição entre o conteúdo universal da modernidade e a malha funcional de suas instituições, nas quais ela pode ser implementada somente de modo particular-seletivo [...].

Para Beck (2010), a mudança sistêmica da política, nos termos da *sociedade de risco*, se insere em quatro dimensões e com uma consequência fundamental: há uma espécie de *autopolitização* da modernidade onde se alteram *conceito, lugar e meios* da *política*. Há uma espécie de desmoronamento do sistema intrassocial: na compreensão da ciência e da tecnologia, nos eixos entre os quais se estendem a vida dos indivíduos, e na separação e dissolução entre a política democraticamente legitimada e a subpolítica¹⁰.

Em uma primeira dimensão, a relação entre mudança social e controle político se insere no modelo do “cidadão dividido”. Por um lado, ele usufrui de seus direitos democráticos em todas as arenas da formação da vontade política e, por outro, defende seus interesses privados nos campos do trabalho e da economia. Para Beck (2010), este processo reflete, em última instância, que apenas uma parte das competências decisórias socialmente definidoras é inserida no sistema político e submetida aos princípios da democracia parlamentar. A outra parte escapa às regras de controle público e justificação e é delegada à liberdade de investimentos privados. Nesse contexto, “segundo o arranjo institucional, a transformação social é *comutada* e conduzida como efeito colateral latente de decisões, constrictões e cálculos econômicos e econômico-técnicos” (BECK, 2010, p. 277). Isto permite dizer que esses dois processos de organização da transformação social interpenetram-se – a produção da democracia político-parlamentar e a produção social apolítica e não democrática –, acarretando alterações e interpelando continuamente a transformação sociopolítica na *sociedade de risco*.

De acordo com Beck (2010), a segunda dimensão esboça a premissa de que a política e a não política em meio ao permanente processo de inovação da modernidade fragilizaram-se nos últimos anos sob o impulso da modernização reflexiva, tanto que se ofuscam as tentativas de reforma política das últimas décadas. Torna-se cada vez mais visível a estagnação política¹¹ porque o político se limita ao que é politicamente rotulado, sem inserir as transformações da sociedade em

¹⁰ Segundo Beck, o subsistema político da modernização é uma inversão precária entre política e não política, ou seja, paradoxalmente o político torna-se apolítico e o apolítico, político. A subpolítica é uma forma de fazer política que surge com a modernização reflexiva e que se distingue da política comum por permitir que agentes *externos* ao sistema político exerçam influência no planejamento social.

¹¹ O projeto do Estado Social perdeu sua profundidade e alcance, a mudança ininterrupta e sistêmica do trabalho, a intensificação das desigualdades sociais, bem como a destradicionalização das classes.

atividades do sistema político – as mudanças sociais sob a forma do *não* político. Assim,

O desconforto na política é, nesse sentido, não apenas um desconforto da própria política, senão resulta sobretudo de desajuste entre, de um lado, a procuração de plenos poderes oficiais que se concede politicamente e que se revela inepta e, de outro, uma mudança transversal da sociedade, que deriva sem margem de escolha [...]. Coerentemente, os conceitos do político e do não político tornam-se nebulosos [...] (BECK, 2010, p. 278).

Na terceira e quarta dimensões, há um processo de enfraquecimento do intervencionismo do Estado Social somado a uma dissolução das fronteiras da política¹². A perda, em termos de poder estatal de realização, não confere um fracasso político, mas, sim, o produto de uma democracia que adquire o *status* de híbrida, pois o desenvolvimento e os resultados das mudanças sociais desencadeadas ficam entre o político e o apolítico, fazendo surgir então um terceiro polo: a subpolítica. O alcance das mudanças sociais e políticas está relacionado à sua legitimação. Na verdade, há uma transformação da configuração política que potencializa uma relativa perda de função do sistema político. O potencial de configuração da sociedade migra de um sistema político para um sistema subpolítico, refletindo uma inversão. O “político torna-se apolítico e o apolítico, político” (BECK, 2010, p. 279). Esta troca de papéis se evidencia por conversões claras entre transformação social política e apolítica. Neste sentido, o crescimento econômico e a liberdade deslizam para um contexto sem legitimação democrática¹³. Para o autor, trata-se de uma revolução na malha da normalidade, que não se encontra nos acessos democráticos, mas que precisa ser justificada e realizada por uma esfera pública.

¹² Pode-se dizer que os direitos estabelecidos e percebidos reduzem as margens de manobra no sistema político e fazem com que surjam, fora do sistema político, demandas por participação política sob a forma de uma nova cultura política.

¹³ Segundo Negt e Kluge, a economia quando entendida como uma variável independente revela-se diversa da vida política e social e o progresso como resultado da razão possibilita que se decomponham os processos de produção em retornos cada vez mais avançados, ditando, em última análise, a direção da política moderna, causando um desprendimento efetivo de seus objetivos no que tange a mesma em suas ações. Com efeito, isso resulta numa política entendida como um processo ou mecanismo, intimamente ligado a variáveis endógenas e exógenas, vistas como sistemas densos, sendo o objetivo principal encontrar relações causais entre elas, numa correlação que explique se de fato a política é uma esfera autônoma. Diante disso, não seria difícil exagerar a transformação nítida da ordem social, pois a política tão indissolivelmente ligada à humanidade e assentada como substância constitutiva de uma sociedade evidenciam-se em extraordinárias contradições incompatíveis com a sua própria razão de ser e existir. Ver NEGHT, Oscar; KLUGE Alexander. *O que há de político na política?* São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

Beck (2010) aponta ainda que esses processos são problemáticos e implicam em uma grave consequência: no projeto do Estado Social, a política pode desenvolver, por força da intervenção política no mercado, uma relativa autonomia. Mas, inversamente, o sistema político é ameaçado de ser privado de sua constituição democrática, pois as instituições políticas convertem-se em espécie de gerenciadoras de um processo que não planejaram e não definiram, mas pelo qual têm de responder. Sobretudo nas decisões da economia em que, mesmo possuindo um teor político, seus atores correspondentes não possuem qualquer legitimação. Em síntese, “o jogo da política e da não política, com papéis trocados, mas com as mesmas fachadas, torna-se fantasmagórico” (BECK, 2010, p. 280).

A discussão em torno da perda da dimensão política, das condições restritivas da ação política, bem como os discursos da ingovernabilidade e da democracia volúvel e perda da importância do parlamento são tidas e interpretadas como condições da progressiva complexificação das relações na *sociedade de risco*. Segundo Beck (2010), esses efeitos acarretam duas tendências: uma ampliação tecnocrática das margens decisórias no parlamento e a entrada de grupos de influência organizados. Em verdade, esse processo se coloca como uma infiltração no Estado por grupos de interesse privado. Nesse caso, “com o poder organizado das associações de interesse, terá sido pré-moldado o ferro quente das decisões políticas, que outros terão então de apresentar como algo saído de seu próprio molde” (BECK, 2010, p. 282).

Com efeito, por um lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político. Observa-se que o político está perdendo sua polarização, no sentido que cada vez menos é possível que se extraia decisões político-partidárias, pois a “imobilidade” do aparato governamental acompanha a “mobilidade” dos agentes em todos os níveis da sociedade. Nas palavras de Beck (1995), essa é a configuração de um “recuo” da política devido à ativação da subpolítica. É dizer que a constelação política dessa sociedade está se tornando não política, enquanto o que não era político está se tornando político. Em outras palavras, esta é uma transformação do político sem mudanças de instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas¹⁴.

¹⁴ Segundo Beck, há um renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das instituições, pois determinados grupos de iniciativa tomaram o poder politicamente.

Surge, desse modo, uma espécie de engajamento múltiplo contraditório, que mistura e combina tudo que é político e não político ao mesmo tempo, refletindo em mudanças radicais e em novos pontos de partida. Sob esse efeito, alarga-se a lacuna já existente entre a estrutura social e a política, atingindo o sistema das regras do jogo democrático como um todo. Mas, para além disso, essa concepção se baseia em um equívoco:

Assume-se que a modernidade, ao longo de todas as suas diversificações e opacidades, tenha ou deva ter um centro político de comando. Os caminhos deveriam – é o que se argumenta – convergir para o sistema político e seus órgãos centrais. Tudo o que vai ao sentido contrário é visto e avaliado como *fracasso* da política, da democracia etc. De um lado presume-se que a modernização implique em autonomia, diferenciação, singularização. De outro, busca-se a “solução” para os processos parciais, que conseqüentemente se distanciam uns dos outros, numa *recentralização* no torno do sistema político, de acordo com o modelo de democracia parlamentar (BECK, 2010, p. 335).

Sendo assim, questiona-se como impedir que as tendências de autonomização se ampliem. Também, pode-se dizer, são concebíveis novas formas intermediárias de controle recíproco que evitem o centralismo parlamentar. Mas se, contudo, o fato da dissolução da política for propriamente considerado, contra o pano de fundo da subpolítica internamente diferenciada, pode-se testar novas formas diretas de participação e controle para além das formas centralizadas de comando e progresso. Para a política, consideráveis possibilidades de controle que poderiam ser convertidas na base de suas incumbências. Com relação à subpolítica, seria importante proteger e alargar o nível dos direitos sociais e democráticos.

Em síntese, o desenvolvimento político experimenta um momento de ruptura em sua continuidade, mas também em seu âmbito interno. Seus conceitos, fundamentos e instrumentos – da política e da subpolítica – tornaram-se abertos e precisam de uma definição e compreensão historicamente novas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa complexa realidade sociopolítica está centrada na caracterização de um novo tipo de sociedade submetida a fortes riscos e a processos contínuos de individualização. Neste sentido, Beck (2010) distingue dois processos de modernização na história recente das sociedades. A primeira modernização é identificada como aliada ao processo de industrialização e construção da sociedade de massas. Nesta era industrial, o centro da estrutura cultural e social era a família. Já a segunda modernização ou modernização reflexiva, própria da sociedade atual, tende à globalização e está em constante desenvolvimento tecnológico, rompendo com a centralidade do núcleo familiar e dando lugar à individualização¹⁵. No bojo deste processo aumenta a incerteza do indivíduo e instaura-se a sociedade de risco. Estas mudanças afetam não só o plano pessoal, como também o plano das instituições, a partir de novas políticas de governo muitas vezes aliadas à concepção econômica neoliberal. Tais mudanças modificaram o espectro de desafios e, portanto, obliquamente, influenciaram (e/ou influenciam) a maneira como os indivíduos, a sociedade e o Estado conduzem e organizam as relações sociais, políticas e econômicas.

Com efeito, os fenômenos produzidos pela modernização reflexiva conduziram a uma mudança na dinâmica social e política¹⁶ e os diversos processos hoje existentes desencadearam um cenário de transformação social e instabilidade institucional calcados em uma lógica de distribuição de riscos. Significa dizer que os diversos sistemas hoje existentes suscitaram uma tensão e uma alteração entre o âmbito social e político, pois o poder político e constitutivo migra do âmbito da política para o da subpolítica e, como afirma Beck (2010), nas discussões contemporâneas, também já não se espera que esta *sociedade de risco* se “chegue” através dos debates parlamentares. Neste sentido, paradoxalmente, o social e o político se entrecruzam e

¹⁵ Individualização e globalização são dois lados da modernização reflexiva que refletem diretamente nos problemas da *sociedade de risco* tornando-os multidimensionais: global, local e pessoal. Nesta perspectiva, o indivíduo e suas ações cotidianas emergem como novas possibilidades de ação política.

¹⁶ Partindo-se do preceito de que nenhuma sociedade é perfeitamente igual a si mesma em dois momentos sucessivos de sua história, mudança social é qualquer alteração nas formas de vida de uma sociedade. O que inclui alterações de cunho político e econômico que tenham alcance suficiente para que se alterem as formas dos indivíduos se correlacionarem e, possivelmente, alterem também a maneira de uma sociedade produzir bens simbólicos e materiais.

formam uma rede na qual os dois elementos transformam-se como resultado de suas próprias interconexões. Esse diagnóstico apresenta uma configuração deslocada: “a não política começa a assumir o papel de liderança da política” (BECK, 2010, p. 327). E o que parecia ser “uma retirada não política à vida privada, nova introjeção, ou cuidado das feridas emocionais da antiga visão da política pode, quando visto do ângulo oposto, representar a luta por uma nova dimensão do político¹⁷” (BECK, 2010, p. 330).

A fenomenologia do mundo atual aponta para formas agudas de particularismo que fomenta uma espécie de “desdobramento” da política, pois a política deixa de se identificar com o instituído – o Estado e os sistemas – e se abre para uma sociabilidade explosiva e multifacetada, sendo forçada a rever seu sentido, seus sujeitos e seus marcos institucionais. Sendo assim, quando os efeitos e processos da modernização reflexiva adquirem a extensão e a forma de uma mudança social e de uma política de dimensões fluidas, emergem uma nova configuração social e uma política diferencial¹⁸. O resultado possível é o de uma política de autoincapacitação e de uma sociedade que se encontra fundada em uma modernidade de potencial ameaçador. O que se observa é uma irreversibilidade da sociedade e da política, pois o que se perdeu foram suas especificidades, seus reversos, seus conceitos e seus modos de ação. Anuncia-se aí a era da modernização fundamentada na reflexividade. No entanto, esse círculo de perdas de credibilidade e de autoincapacitação pode ser rompido. Como define Beck (2010, p. 331-332):

A chave encontra-se na própria responsabilidade pelos efeitos colaterais. Girando na direção inversa, a atuação política expande sua influência paralelamente com a *descoberta* e a *percepção* de potenciais de risco. Definições de risco ativam responsabilidades e geram, conforme a construção social, zonas de condicionamento sistêmico *ilegítimo*, que demandam mudanças no interesse de todos.

¹⁷ Para Beck, vale ressaltar, dentro do campo político não é necessário construir novas normas, mas, sim, readaptar as antigas à nova realidade social, política e econômica. Há uma necessidade de diminuir a força e o peso do mercado na vida das pessoas e ampliar o círculo social e cultural do indivíduo, com o objetivo de alcançar um maior equilíbrio e diminuir as incertezas.

¹⁸ Segundo Beck, há uma distinção entre política oficial (do sistema político) e subpolítica (política autônoma). Esta distinção é atravessada por uma política dirigida por regras e uma política que altera regras. Para o autor, hoje em dia, vivemos um híbrido entre regras estabelecidas e a possibilidade de alterá-las. Há períodos em que a política dirigida por regras predomina e outros em que a política que altera regras predomina. A política dirigida por regras é também caracterizada como política simples ou oficial e a que altera regras como política reflexiva ou subpolítica. As ações da vida privada tornam-se um novo tipo de ação política, na medida em que as condutas pessoais se relacionam diretamente com os problemas globais.

Portanto, não paralisam a atuação política e, consequentemente, tampouco precisam ser a todo custo dissimuladas, com o auxílio de uma ciência ou bem cega ou bem remotamente controlada, perante uma esfera pública sistematicamente inquieta. Ao contrário, elas *abrem* novas opções políticas, que também podem ser utilizadas para recuperar e fortalecer o controle democrático-parlamentar.

Em suma, a política precisa compreender a “autolimitação” que foi historicamente consumada, pois não é mais a única e nem mesmo a mais importante instância em que se decide sobre a configuração do futuro social. Essa mudança de enfoque permitirá começar a percorrer novos caminhos que possibilitem um melhor entendimento de como funcionam e se encontram nossos basilares modernos. A preocupação deverá centrar-se no exame de formas alternativas que se desvinculem de limitações e constrangimentos impostos por visualizações meramente de sobrevivência formal. São fundamentais as repercussões dessa nova postura analítica para a compreensão da sociedade e da política na modernidade.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. *Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 184-217.

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 2ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

_____. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. In: Michelangelo Bovero (org.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COUTINHO, Karyne Dias. *Resenha de "O mal-estar da pós-modernidade" de Zygmunt Bauman*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 18, Set./Dez., 2001, p.138-140.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MINOGUE, Kenneth. *Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

NEGT, Oscar; KLUGE Alexander. *O que há de político na política?* São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.